

- b) Anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração;
- c) Proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

6 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito, *João Augusto Martins Castanho Correia*. — A Escrivã-Adjunta, *Guiomar Leones*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE TRANCOSO

Anúncio n.º 263/2007

Insolvência de pessoa singular (apresentação)
Processo n.º 245/06.0TBTC

Insolvente — António Diamantino Bogalho Pinto e outro(s).
Credor — Manuel João da Silva e outro(s).

Na Secção Única do Tribunal da Comarca de Trancoso, no dia 10 de Julho de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência dos devedores António Diamantino Bogalho Pinto, número de identificação fiscal 209825030, bilhete de identidade n.º 11156406, com domicílio na Rua do Progresso, Zona Industrial de Trancoso, 6, 6420-076 Trancoso, e Elisabete Maria Gomes Pinto, número de identificação fiscal 217424090, com domicílio na Zona Industrial, 6, Trancoso, 6420-000 Trancoso.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. João Castelhana, com domicílio na Rua de Simões de Castro, 147-A, 1.º, C, 3000-388 Coimbra.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo do 128.º do CIRE):

A proveniência dos créditos, data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 9 de Fevereiro de 2007, pelas 10 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

23 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *José Alberto Simões do Nascimento*. — O Oficial de Justiça, *António Casimiro Delgado*.
3000223700

TRIBUNAL DA COMARCA DE VALENÇA

Anúncio n.º 264/2007

Processo sumário (artigo 381.º do CPP)
Processo n.º 361/02.7GTVCT

Autor — Ministério Público e outro(s).
Arguido — José Maria Fernandes Alves.

O juiz de direito Dr. Paulo António Carvalho Souto, da Secção Única do Tribunal da Comarca de Valença, faz saber que no processo sumário (artigo 381.º do CPP) n.º 361/02.7GTVCT, pendente neste Tribunal contra o arguido José Maria Fernandes Alves, filho de Alberto do Nascimento Alves e de Arminda Martins Fernandes, natural de Cossourado (Paredes de Coura), nacional de Portugal, nascido em 15 de Setembro de 1967, com o estado civil de solteiro, bilhete de identidade n.º 10923253, e com domicílio em Bolência, Cossourado, 4930 Paredes de Coura, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 8 de Junho de 2002, por despacho de 12 de Dezembro de 2006, proferido nos autos suprarreferidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por detenção.

13 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Paulo António Carvalho Souto*. — A Escrivã-Adjunta, *Carmina Ferreira*.

Anúncio n.º 265/2007

Processo comum (tribunal singular) — Processo n.º 351/01.7TAVLN

Autor — Ministério Público.
Arguido — José Carlos Afonso Barros.

O juiz de direito Paulo António Carvalho Souto, da Secção Única do Tribunal da Comarca de Valença, faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 351/01.7TAVLN, pendente neste Tribunal contra o arguido José Carlos Afonso Barros, filho de João de Lima Barros e de Deolinda Luzia Afonso, natural de Ponte de Lima, nascido em 17 de Outubro de 1967, estado civil: casado, com o bilhete de identidade n.º 9388389 e domicílio em Res des Cannes Bat C3, 20090 Ajaccio, Corse — France, França, por se encontrar acusado da prática de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 18 de Maio de 2001.

Por despacho de 4 de Janeiro de 2007, proferido nos autos suprarreferidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

4 de Janeiro de 2007. — O Juiz de Direito, *Paulo António Carvalho Souto*. — A Escrivã-Adjunta, *Carmina Ferreira*.

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VIANA DO CASTELO

Anúncio n.º 266/2007

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 4808/06.5TBVCT

Insolvente — Artur Pereira Moreira, C.ª, L.ª
Credor — Centro Distrital de Segurança Social de Viana do Castelo e outro(s).

No 4.º Juízo Cível do Tribunal da Comarca de Viana do Castelo, no dia 21 de Dezembro de 2006, pelas 18 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es) Artur Pereira Moreira, C.ª, L.ª, número de identificação fiscal 500931828, com sede no Largo de São Sebastião, 202, Barroelas, 4900-000 Viana do Castelo.

São administradores do devedor Artur Pereira Moreira, gerente, com domicílio no Largo de São Sebastião, 202, Souto, 4905-475 Barroelas.

Para administrador da insolvência é nomeado Fernando Carvalho, com domicílio no Edifício Palácio, S/105, Rua de Aveiro, 198, 4900-495 Viana do Castelo.

Fica determinado que a administração da massa insolvente será assegurada pelo devedor, nos precisos termos e com as limitações impostas na sentença.

Ficam advertidos os devedores do insolvente para o facto de as prestações a que aquela esteja obrigada deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não à própria insolvente.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (artigos 188.º e seguintes do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado para o domicílio constante da sentença (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado de todos os documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 1 de Março de 2007, pelas 14 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

22 de Dezembro de 2006. — O Juiz de Direito de Turno, *Bernardino João Videira Tavares*. — O Oficial de Justiça, *Fátima Cadilha*.

3000223690

1.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DE FAMÍLIA E MENORES E DE COMARCA DE VILA FRANCA DE XIRA

Anúncio n.º 267/2007

Processo comum (tribunal singular) — Processo n.º 23/01.2TBVFX

Autor — Ministério Público.

Arguido — David Fonseca da Rocha Pinto.

O juiz de direito Alfredo Candeias, do 1.º Juízo Cível do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de Vila Franca de Xira, faz saber que, neste Tribunal, correm os autos de processo comum (tribunal singular) n.º 23/01.2TBVFX, separados por força do disposto nos artigos 335.º, n.º 4, e 30.º, n.º 1, alínea *d*), ambos do Código de Processo Penal, do processo comum (tribunal singular) n.º 545/98.0GBVFX, deste 1.º Juízo Cível de Vila Franca de Xira, onde foi declarado contumaz o arguido David Fonseca da Rocha Pinto, filho de David da Rocha Pinto e de Maria de Fátima Fonseca Pinto, natural de Portugal, Lisboa, São Jorge de Arroios (Lisboa), nacional de Portugal, nascido em 20 de Março de 1978, estado civil: solteiro, bilhete de identidade n.º 11529581, com domicílio no Bairro Nascente do Cabo, Traseiras do Bairro Numa Barraca, 2615 Vialonga, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º do Código Penal, praticado em 4 de Junho de 1998, por despacho de 17 de Novembro de 2006, proferido nos presentes autos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

30 de Novembro de 2006. — O Juiz de Direito, *Alfredo Candeias*. — A Escrivã-Adjunta, *Maria Helena Coelho*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 268/2007

Falência (requerida) — Processo n.º 172/04.STYVNG

Requerente — Banco Comercial Português, S. A. (Millennium BCP) e outro(s).

Requerida — Hermínia Rosa Ribeiro Silva.

A Dr.ª Ana Olívia Esteves Silva Loureiro, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, faz saber que, por sentença de 7 de Dezembro de 2006, proferida nos presentes autos, foi declarada a falência dos requeridos Ernestino Neves Silva, casado, nascido a 2 de Novembro de 1951, com o número de identificação fiscal 155199943, bilhete de identidade n.º 5775037, e Hermínia Rosa Ribeiro Silva, casada, com o número de identificação fiscal 155199986, bilhete de identidade n.º 7071416, ambos com domicílio na Rua da Escola, 46, 1, 4465 São Mamede de Infesta, tendo sido fixado em 30 dias contados da publicação do competente anúncio no *Diário da República* o prazo para os credores reclamarem os seus créditos, conforme o estatuído no disposto no artigo 128.º, n.º 1, alínea *e*), do CPEREF.

Foi nomeada a liquidatária judicial a Dr.ª Maria Joana Machado Prata, com endereço na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 2, 2.º, esquerdo, 4810-260 Guimaraes.

15 de Dezembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Olívia Esteves Silva Loureiro*. — O Oficial de Justiça, *Maria João Monteiro Santos*.
3000223644

Anúncio n.º 269/2007

Insolvência pessoa colectiva (requerida)

Processo n.º 3011/05.6TJVNF

Credo — Groupe JCR, S. A.

Insolvente — M. A. Carvalho & Batista — Têxteis, L.ª

No 2.º Juízo do Tribunal de Comércio de Vila Nova de Gaia, no dia 20 de Novembro de 2006, às 6 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es) M. A. Carvalho & Batista — Têxteis, L.ª, número de identificação fiscal 504310127, com sede na Rua das Cabras, lote 10, Touguinhó, 4480-000 Vila do Conde.

São administradores do devedor Maria Albina Baptista Alves de Carvalho, com domicílio na Rua de José Afonso, 18, 1.º, direito, 4480-000 Vila do Conde.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Maria Joana Machado Prata, com domicílio na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 2, 2.º, esquerdo, 4810-260 Guimaraes.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter [alínea *i*] do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda de que o prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.